



**EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

Comite de Auditoria Estatutária

Rua Líbero Badaró, 425, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009-905

Telefone: 3396-9000

**ATA DA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
DA PRODAM-SP**

DATA, HORA E LOCAL: Em 23 de abril de 2026, às 15h00, por vídeo conferência, através da plataforma *Microsoft Teams*, reuniu-se o Comitê de Auditoria Estatutário da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PRODAM-SP.

CONVOCAÇÃO: Realizada por meio do envio de correio eletrônico aos membros do Comitê de Auditoria Estatutário, em 22 de abril.

PRESENCAS: Presentes todos do Comitê de Auditoria Estatutário, **Sr. ANDRÉ LUIZ CARNEIRO DE VASCONCELLOS**, membro coordenador, **Sr. MICHAEL MONTGOMERY**, membro, **Sr. FÁBIO CLARO COIMBRA**, membro, **Sra. PATRÍCIA RIBEIRO PEREIRA**, Gerente de Auditoria Interna (GPA), e **Sras. ANGÉLICA DE SOUZA LACERDA ANANIAS e LUIZA MASSARO MAGYAR DE SOUZA**, Secretária de Governança Corporativa, contando com os convidados, **Sras. MARIA APARECIDA LIMA SOUZA ROCHA, DIVA APARECIDA STIPPE, RAQUEL MARIA SEBASTIÃO DE MORAES**, da Gerência de Compliance e Gestão de Riscos (GPR), **Sr. WAGNER KANAGUSUKO, PRISCILA BIANCA DA SILVA CAZELATTO** - Gerente de Compras e Contratações (GFC), **FABIANA SILVA BRITO** - Gerente de Gestão de Pessoas.

COMPOSIÇÃO DA MESA: **Sra. ANGÉLICA DE SOUZA LACERDA ANANIAS**, Secretária de Governança Corporativa.

ORDEM DO DIA

I - COA/COF/PRE: ANDRÉ LUIZ CARNEIRO DE VASCONCELLOS

1. Conhecer as atas das reuniões do Conselho de Administração.
2. Conhecer as atas das reuniões do Conselho Fiscal.
3. Conhecer as atas reuniões da Diretoria Executiva.

II - PRE/GPA: FRANCISCO DE PADOVAN FORBES

4. Supervisionar as atividades da Auditoria Interna.
5. Avaliar o cumprimento, pela Diretoria Executiva da estatal, das recomendações

feitas por CAE, auditores internos e externos.

III - PRE/GPR: FRANCISCO DE PADOVAN FORBES

6. Acompanhar e avaliar as atividades de gestão de riscos nas áreas da empresa, assim como monitorar as respectivas exposições.
7. Avaliar a efetividade dos sistemas e atividades de Gestão de Riscos, Controles Internos, Governança Corporativa e Compliance.
8. Avaliar o Relatório de Atividades da Comissão de Ética.
9. Atualização sobre os trabalhos da área e sobre os planos de ação para riscos críticos.
10. Apresentação da gestão de risco cibernético e de segurança de informação e gestão de acessos.

IV - PRE/GPJ: FRANCISCO DE PADOVAN FORBES

11. Acompanhar outras contas do passivo (com destaque para contas atuariais e causas judiciais, inclusive ações trabalhistas, previdenciárias, entre outras).

V - PRE/OUVIDORIA: FRANCISCO DE PADOVAN FORBES

12. Avaliar o Relatório de Atividades da Ouvidoria Geral nos termos do §1º, inciso VIII, artigo 31 do Estatuto Social. (Agenda Estratégica).

VI- DAF/GFP: LUCIANO FELIPE DE PAULA CAPATO

13. Acompanhar Demonstrações Financeiras e seus Anexos, e monitorar a qualidade e integridade dos Mecanismos de coleta e processamento nos termos do inciso III e IV, artigo 31 do Estatuto Social. (Agenda estratégica).
14. Informações sobre a Reforma Tributária e os impactos e tratativas necessários.
15. Acompanhamento da Execução do orçamento.
16. Contratação de Auditoria Independente: Avanço das tratativas da Diretoria após a última deliberação no Conselho de Administração, nos termos aprovados.

VII - DAF/GFC: LUCIANO FELIPE DE PAULA CAPATO

17. Gestão de Contratos: apresentação das áreas afins sobre processo de licitação, monitoramento, SLAs e riscos.

VIII- DAF/GFG: LUCIANO DE PAULA CAPATO

18. Análise e deliberação da proposta para implantação de um programa de demissão voluntária - PDV em 2026/2027, com a apresentação dos critérios, incentivos e soluções para o impacto referente à redução do quadro de pessoal. Processo SEI nº 7010.2025/0012801-7.

I - COA/COF/PRE:

Atas do Conselho de Administração poderão ser consultadas via Processo SEI 7010.2020/0001141-2

Atas do Conselho Fiscal poderão ser consultadas via Processo SEI 7010.2020/0000729-6

Atas Reunião de Diretoria poderão ser consultadas via Processo SEI 7010.2020/0001497-7

Portal da Transparência da Prefeitura: <https://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/>

Portal da Transparência da PRODAM:
<https://colaborador.prodam.sp.gov.br/institucional>

II - PRE/GPA: A Sra. Patricia Ribeiro, Gerente de Auditoria Interna, apresentou a atualização das atividades da Auditoria Interna referentes ao exercício de 2026, destacando a atuação da área no monitoramento de recomendações relacionadas aos processos de compras e às transações com partes relacionadas, bem como o apoio institucional às demandas de governança, gestão contratual e segurança da informação. Ressaltou que essas atividades têm como foco o fortalecimento da governança corporativa, a melhoria dos controles internos e o apoio à gestão de riscos, ampliando a visibilidade sobre riscos relevantes para subsidiar a tomada de decisão da alta administração. Na sequência, informou que foi concluída a auditoria do contrato firmado com a empresa Neotel, no âmbito do contrato CO-03.06/2024 e respectivos Termos de Confirmação, trabalho realizado em atendimento a solicitação anterior do Conselho para aprofundamento da análise das contratações decorrentes de acordos operacionais. Destacou que os achados identificados foram classificados como críticos e relevantes, com riscos avaliados majoritariamente como altos e extremos, não tendo sido identificados achados de baixa relevância.

A Sra. Patricia detalhou que, entre os principais achados da auditoria da Neotel, foram identificadas a inexistência de ambiente competitivo na seleção do fornecedor, a ausência de pesquisa de preços, a caracterização insuficiente do objeto contratado e falhas na definição e aplicação de unidades de medida e SLAs. Informou ainda a identificação de execução dos serviços por empresa vinculada ao mesmo grupo econômico do fabricante originalmente selecionado, sem a devida formalização contratual da subcontratação, bem como habilitação irregular do fornecedor por ausência de comprovação adequada de capacidade técnica para a prestação do serviço de SOC. Apontou também falhas relevantes na fase de planejamento da contratação, como a inexistência de memória de cálculo para o quantitativo de USTs contratadas, o que comprometeu a fiscalização da execução contratual. Mencionou erros na aplicação de descontos contratuais, sobreposição de atividades faturadas e ausência de transparência quanto à qualificação da equipe alocada, destacando a identificação de valores pagos a maior, estimados em aproximadamente R\$ 460 mil, cuja forma de ressarcimento ou compensação está sendo analisada pela área gestora, encontrando-se o trabalho em fase de comunicação formal à área responsável, com prazo para apresentação de plano de ação até 29 de abril de 2026. Na continuidade, apresentou o andamento da auditoria do contrato firmado com a Apeiron Tech, informando que os trabalhos ainda estão em curso, com realização de análises documentais, entrevistas com gestores e fiscais do contrato e verificação de pagamentos. Esclareceu que permanecem em andamento testes de SLA, avaliação de conformidade com normativos internos e a análise de vínculos societários e

relacionamentos entre os participantes do certame, cujo resultado será apresentado em relatório apartado. Durante os debates, os membros do Comitê ressaltaram a importância do fortalecimento do ambiente de controles internos da Companhia, destacando a necessidade de evolução dos processos de contratação, fiscalização e acompanhamento contratual sob uma perspectiva sistêmica e preventiva. Também foi enfatizada a relevância da adequada segregação entre as atribuições da Auditoria Interna e das áreas responsáveis pelo desenho e implementação dos controles, bem como a necessidade de maior integração institucional para acompanhamento dos planos de ação e implementação efetiva das recomendações formuladas.

Por fim, a Sra. Patricia abordou o monitoramento das recomendações decorrentes da auditoria do processo “Gerir Plano de Saúde”, informando que a maior parte das ações recomendadas foi concluída, incluindo ajustes de procedimentos, atualização de registros de tratamento de dados, revisão de controles de acesso e correção de inconsistências em cobranças de coparticipação. Esclareceu que, quanto ao reajuste do plano de saúde, a empresa optou por não repassar os aumentos aos colaboradores, considerando a sensibilidade do tema, decidindo tratar os impactos financeiros por meio da remodelagem do contrato, cujo novo edital encontra-se em elaboração. Durante os questionamentos, informou ainda que não há dificuldades relevantes quanto ao acesso da Auditoria às informações, destacando como principal desafio a efetiva implementação das recomendações e o fortalecimento dos controles internos, além de mencionar a intenção de realizar benchmarking com outras estatais, abrangendo quantitativo de profissionais, senioridade e estrutura organizacional, com o objetivo de subsidiar futuras discussões sobre eventual adequação e fortalecimento da área na Companhia.

III - PRE/GPR: Inicialmente, a Sra. Maria Aparecida Lima Souza Rocha comunicou ao Comitê seu processo de transição da função gerencial da área de Compliance e Gestão de Riscos, esclarecendo que permanecerá apoiando os trabalhos da área durante o período de transição e compartilhamento de conhecimento. Informou ainda que o Sr. Alex Vicentini deverá assumir a liderança da área após a conclusão dos trâmites internos de formalização. Os membros do Comitê registraram agradecimento pela atuação desempenhada e destacaram a importância da continuidade e estabilidade dos trabalhos desenvolvidos pela área. A Sra. Diva Aparecida apresentou as atividades desenvolvidas no âmbito da Integridade e Conformidade no período de março a abril, registrando que não houve ocorrências no Comitê de Conduta e Integridade. Foram relatadas as análises de conformidade realizadas no período e detalhado o andamento das políticas, normas e instruções normativas em fase de elaboração, revisão ou publicação, abrangendo temas como credenciamento comercial e expansão de mercados, saúde, qualidade de vida e segurança no trabalho, delegação de atos administrativos de gestão de pessoas, governança de normativos internos, integridade e uso corporativo de ferramentas. A Sra. Diva também informou sobre o diagnóstico institucional realizado em relação ao Programa de Integridade e Governança Estatal da CGM, a renovação da adesão da Prodam ao Pacto Global e a participação no processo de atualização do Catálogo Municipal de Bases de Dados e do Plano Setorial de Transparência e Dados Abertos. Durante os esclarecimentos aos membros do Comitê, foram respondidas perguntas relativas ao cronograma da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa e do Relatório Integrado, sendo informado que a expectativa é encaminhar as minutas ao Comitê de Auditoria para análise prévia, antes da deliberação pelo Conselho de Administração, de modo a permitir contribuições, revisões e manifestações prévias do Comitê antes da submissão ao Conselho de Administração. Também foram discutidos aspectos

relacionados à Política de Transações com Partes Relacionadas, cuja revisão permanece em avaliação no âmbito do Conselho, considerando as particularidades do modelo de atuação da Prodam, bem como sugestões para aprimorar o acompanhamento dos normativos internos, incluindo a indicação da data da última revisão, o status das pendências e a consolidação ou desativação de normas que venham a ser absorvidas por novos instrumentos.

Na sequência, a Sra. Raquel Maria apresentou a atualização das atividades de Gestão de Riscos, informando que segue em andamento o processo de revisão e reavaliação da matriz de riscos com os donos dos riscos, ressaltando, em consonância com os questionamentos dos membros do Comitê, as dificuldades ainda existentes quanto ao engajamento das áreas e à compreensão plena de suas responsabilidades. Foi destacada a proposição e inclusão, na matriz, do risco relacionado à adequação à NR-1, bem como a validação de novas categorias de riscos e o monitoramento dos riscos já mapeados após a execução dos planos de tratamento. A Sra. Raquel também detalhou a elaboração do termo de referência para contratação de ferramenta integrada de gestão de riscos, auditoria e compliance, esclarecendo que a solução está sendo concebida com possibilidade de expansão modular futura, de acordo com as limitações orçamentárias e a maturidade dos processos. Foi mencionado o risco operacional decorrente da concentração das atividades de gestão de riscos em número reduzido de profissionais, destacando-se a importância da ampliação do suporte à área e da preservação da continuidade operacional e do conhecimento institucional. Foram mencionadas, ainda, as ações de benchmarking realizadas com outras organizações, visando à troca de experiências e à adoção de boas práticas, inclusive a partir de sugestões e indicações de contatos por parte dos membros do CAE. Em resposta aos questionamentos, foi esclarecido que a apresentação consolidada preparada para o Conselho de Administração, contendo retrospectiva das ações desenvolvidas nos últimos meses, foi previamente compartilhada com os membros do Comitê, com o objetivo de manter alinhamento entre as instâncias e assegurar coerência nas informações apresentadas.

Por fim, o Sr. Wagner Kanagusuko apresentou o panorama das ações em Segurança da Informação, informando que foram iniciadas tratativas com a nova diretoria de infraestrutura para alinhamento estratégico e priorização dos riscos cibernéticos já identificados. O Sr. Fabio Coimbra indagou acerca da avaliação dos processos da PRODAM com base em algum framework reconhecido de mercado, como por exemplo o NIST, ao que foi respondido pelo Sr. Wagner que ainda não houve tal avaliação.

Esclareceu que estão em andamento discussões internas voltadas à abertura de novos processos licitatórios para aquisição de tecnologias de segurança, considerando as necessidades de mitigação dos riscos e as restrições orçamentárias. Em resposta às perguntas formuladas pelos membros do Comitê, o Sr. Wagner esclareceu que os comitês de Segurança da Informação estão em processo de reformulação, em razão de alterações no quadro de pessoal, e que a área está sendo reorganizada para fortalecer a governança e a regularidade das discussões. Informou, ainda, que será realizada nova apresentação ao Conselho de Administração para nivelamento do entendimento sobre a situação atual da segurança da informação e acompanhamento da evolução das ações de mitigação dos riscos, comprometendo-se a trazer atualizações nas próximas reuniões do Comitê. Por fim, informou que ainda não houve uma autoavaliação na PRODAM para identificar o nível de maturidade da gestão de riscos cibernéticos em comparação com os padrões aceitos internacionalmente (como o NIST) - os membros do CAE destacaram que se trata de prática amplamente difundida no mercado, diante da cada vez maior relevância destes riscos, recomendando que a Companhia passe a adotar tal prática.

IV - PRE/GPJ: O item de pauta foi postergado para apreciação nas próximas reuniões deste Comitê.

V - PRE/OUVIDORIA: O item de pauta foi postergado para apreciação nas próximas reuniões deste Comitê.

VI- DAF/GFP: O item de pauta foi postergado para apreciação nas próximas reuniões deste Comitê.

VII - DAF/GFC: A Sra. Priscila Bianca apresentou a Gerência de Compras e Contratações, esclarecendo que a área é responsável por conduzir todo o ciclo de contratações da Prodam, com foco na eficiência, transparência e conformidade legal, estando estruturada nos núcleos de Licitações, Administração de Contratos e Compras Diretas. No início de sua fala, apresentou a estrutura organizacional da gerência e, em resposta a questionamento do Comitê, informou que a área conta atualmente com treze colaboradores distribuídos entre os três núcleos. Ao tratar do Núcleo de Licitações, a Sra. Priscila informou que, no exercício de 2026, trinta e cinco processos tramitaram na área, dos quais doze foram concluídos e vinte e três permaneciam em andamento, abrangendo processos emergenciais, dispensas de licitação, inexigibilidades e pregões eletrônicos. Durante a exposição, foram formuladas perguntas específicas acerca das contratações por dispensa, tendo a Sra. Priscila esclarecido que tais processos se enquadram em diferentes hipóteses previstas na Lei nº 13.303, incluindo contratações por menor valor, ressaltando que os dados apresentados refletiam o consolidado do período. Diante do questionamento sobre a representatividade desses valores, a apresentadora colocou-se à disposição para encaminhar relatório mais detalhado, com a indicação do enquadramento legal de cada dispensa, de modo a ampliar a transparência e permitir melhor análise pelo Comitê.

Na continuidade, a Sra. Priscila apresentou as informações relativas ao Núcleo de Administração de Contratos, destacando o quantitativo de contratos, atas de registro de preços e convênios em vigor, bem como os valores globais envolvidos, esclarecendo que a atuação do núcleo compreende o acompanhamento da vigência contratual, da regularidade documental das contratadas e a intermediação de prorrogações e aditivos, com vistas a assegurar a continuidade das contratações e a conformidade dos instrumentos firmados. Em seguida, foram apresentados os dados do Núcleo de Compras Diretas, com a informação de que, em 2026, foram emitidos sessenta pedidos de compra, totalizando o valor contratado informado, esclarecendo que tais aquisições são realizadas sem licitação, observados os limites legais, com acompanhamento do processo até a entrega. Ao longo da apresentação, os membros do Comitê ressaltaram que aquela exposição tinha caráter introdutório e sugeriram que, em reuniões futuras, fossem aprofundados determinados temas, especialmente no que se refere à análise das dispensas, aos valores envolvidos e aos controles adotados nos processos de contratação. A Sra. Priscila acolheu as observações, registrando que está à disposição para, em apresentações posteriores, detalhar os fluxos, os enquadramentos legais e os controles da área, conforme a orientação do Comitê. Durante os debates, os membros do Comitê também destacaram a importância de aprofundar, em reuniões futuras, a análise da governança dos processos de contratação e gestão contratual, incluindo aspectos relacionados à definição de gestores e fiscais de contratos, segregação de funções, monitoramento

de riscos e eventual centralização ou padronização de procedimentos de gestão contratual. Foi ressaltada ainda a relevância de avaliação contínua dos instrumentos normativos internos aplicáveis ao tema, visando ao fortalecimento dos mecanismos de controle e mitigação de riscos. Na sequência, os membros do CAE apontaram a necessidade da PRODAM tratar as atividades de contratação, fiscalização e acompanhamento contratual sob uma perspectiva sistêmica e preventiva, ou seja, com uma visão mais ampla: "processo de gestão de **Contratações e Contratos**". Ao final, foi consignado que as próximas apresentações poderão ser estruturadas de forma mais analítica, de modo a atender às expectativas do Comitê quanto ao acompanhamento dos riscos e da governança dos processos de compras e contratações.

VIII- DAF/GFG: A Sra. Fabiana Silva realizou a apresentação do Programa de Demissão Voluntária - PDV, esclarecendo que se tratava de proposta apresentada em caráter informativo no âmbito do Comitê de Auditoria, uma vez que a deliberação sobre o Programa compete ao Conselho de Administração. Durante sua manifestação, a apresentadora contextualizou o PDV como iniciativa que integra o planejamento da Companhia e informou que o tema já se encontrava estruturado pelas áreas técnicas, não sendo objeto de decisão naquela instância. Durante a exposição, os conselheiros registraram comentários no sentido de que, embora o Programa de Demissão Voluntária não fosse submetido à deliberação do Comitê de Auditoria, era relevante que o colegiado tivesse conhecimento prévio da proposta, considerando que o tema constaria da pauta do Conselho de Administração. Foi ressaltado que a apresentação cumpria papel de alinhamento e transparência, permitindo que os conselheiros tivessem ciência do assunto antes de sua apreciação pelo Conselho. Também foi mencionado que o PDV seguiria o fluxo regular de governança, com análise e decisão na instância competente, não havendo encaminhamentos ou deliberações a serem adotadas pelo Comitê de Auditoria naquele momento.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, às 17h46, lavrando-se a presente Ata de forma sumária, que, depois de lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os Membros do Comitê.

ANDRÉ LUIZ CARNEIRO DE VASCONCELLOS

Membro-Coordenador

MICHAEL MONTGOMERY

Membro

FÁBIO CLARO COIMBRA

Membro

ANGÉLICA DE SOUZA LACERDA ANANIAS



André Luiz Carneiro de Vasconcellos
Membro do Comitê

Em 27/05/2026, às 15:29.



Michael Montgomery
Membro do Comitê

Em 27/05/2026, às 20:41.



Fabio Claro Coimbra
Membro do Comitê

Em 01/06/2026, às 12:22.



Angélica de Souza Lacerda Ananias
Coordenador(a) de Processos

Em 02/06/2026, às 15:49.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **158174244** e o código CRC **97291150**.

Referência: Processo nº 7010.2020/0001211-7

SEI nº 158174244